



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

PRÁTICAS EDUCATIVAS NA SAÚDE SOB A PERSPECTIVA DA INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Gabriela da Silva Vieira¹

Resumo: O objetivo deste é discorrer sobre as práticas educativas realizadas por Assistentes Sociais na área da saúde, com base na prática de estágio. Explanam-se algumas práticas educativas realizadas na intervenção profissional. Conclui-se que a realização de práticas educativas em saúde potencializa a viabilização dos direitos sociais, da participação, autonomia e consciência crítica dos usuários.

Palavras-chave: práticas pedagógicas; atuação profissional; Assistente Social; saúde.

Abstrac: The objective is to discuss the educational practices carried out by Social Workers in the health area, based on internship practice. It explains some educational practices carried out in professional intervention. It is concluded that the implementation of educational practices in health enhances the viability of social rights, participation, autonomy and critical consciousness of users.

Keywords: pedagogical practices; professional procedure; Social Worker; Health;

Introdução

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, juntamente com a Lei nº 8.080/1990, ressalta-se a saúde como um direito básico, assegurado por lei, de todo cidadão, sendo um bem público, cabendo ao Estado a responsabilidade de provê-la. Tem o Estado o dever de elaborar condições essenciais no plano cultural, econômico e social para a obtenção do pleno exercício, sendo garantido por meio de políticas sociais e econômicas, visando à redução do risco de doença, além do acesso universal aos serviços e ações para a promoção, recuperação e proteção dos usuários (BRASIL, 1988); (BRASIL, 1990).

Todavia, a política de saúde pública, mesmo sendo considerada como um direito universal, com a ofensiva neoliberal desde 1990, poucos dela usufruem, devido a uma regressão dos direitos. Isso se constata ao observar a quantidade de indivíduos que não possuem, minimamente, o acesso às condições de vida, sendo coagidos a permanecer nesse cotidiano, excluídos da sociedade (IAMAMOTO, 2006). A saúde

¹ Estudante de Graduação. Universidade de Brasília. E-mail:< gabrielavieirads22@gmail.com>.

está vinculada aos direitos e deveres dos indivíduos, e a alternativa é manter a busca incessante desses direitos que nos são garantidos, porém não repassados.

Os fatores determinantes e condicionantes da saúde, definidos como resultado das condições de vida da sociedade, segundo o art. 3 da Lei nº 8.080/1990 são: alimentação, saneamento básico, habitação, renda, educação, meio ambiente, lazer e o acesso aos bens e serviços. O serviço social como prática mais justa e equitativa, favorecendo uma troca de conhecimentos contínua e busca por melhores condições de vida e de saúde, entende que, além da crítica perante a realidade posta na área da saúde e do compromisso com a categoria profissional e a população, faz com que um fragmento de profissionais que atuam na área admita a relevância de refletir e discutir acerca das suas ações cotidianas (CFESS, 2015).

O artigo, em pauta, discorre sobre o Assistente Social como educador na área da saúde, cujo interesse pelo tema emergiu da prática de estágio, vivenciada junto à equipe de oncologia do Hospital Universitário de Brasília, no período compreendido entre março e dezembro de 2018. A experiência deu-se junto aos pacientes oncológicos atendidos a nível ambulatorial e de internação.

Por vivenciar que o Serviço Social desenvolve ações na área da Saúde sob uma perspectiva pedagógica, o objetivo do presente artigo é discorrer sobre as práticas educativas realizadas por assistentes sociais na área da saúde. Em um primeiro momento, são apresentados alguns pontos acerca dos parâmetros para a atuação do Assistente Social na saúde, por acreditar que seja essencial compreender e ressaltar seus aspectos. A partir disso, abordar-se-ão práticas realizadas na intervenção profissional do Assistente Social na saúde em um contexto educativo.

Metodologia

Por se trabalhar com o universo dos significados, segundo Minayo (2010), este artigo é fruto do método qualitativo de pesquisa. É fundamental a objetivação na pesquisa qualitativa, pois nesse é necessário reconhecer a complexidade do objeto que virá a ser estudado, além de examinar de forma crítica teorias sobre a referida temática com que se trabalha, determinando conceitos relevantes, além de se utilizarem técnicas para coleta de dados e análise do material obtido de forma fundamentada (MINAYO, 2008).

As técnicas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e documental. Tem-se como levantamento bibliográfico a busca de literaturas relevantes sobre a temática. Por outro lado, na pesquisa documental, fez-se o uso de relatórios de estágio e diários de campo, a fim de responder à problemática do artigo, exposta anteriormente.

Para os procedimentos da coleta de dados, foram utilizadas observações efetivadas de modo participante durante todo o período de estágio, nas quais, segundo Creswell (2010), o pesquisador toma notas em campo sobre as atividades e acontecimentos, registrando de modo semiestruturado.

1. A atuação do Assistente Social na saúde com foco nas ações socioeducativas

O profissional de Serviço Social atua com a população, independentemente da espécie de instituição, seja pública ou privada, e do campo pelo qual destinam suas ações. Logo, é capacitado a influenciar, de certo modo, a vida da sociedade, em razão da especificidade da atuação, caracterizando-se na construção junto aos sujeitos algumas alternativas que garantam qualidade de vida. É uma categoria profissional que exige um conhecimento e uma reflexão crítica da realidade, além da convivência com os usuários, aos quais dirige sua intervenção (AMORIM, 1995).

De acordo com os “Parâmetros para a atuação do Assistente Social na Saúde” (2015), a prática profissional está orientada por uma perspectiva teórico-política presumindo a leitura crítica e reflexiva da realidade, podendo identificar as condições de vida dos sujeitos, além de dar respostas nas esferas, tanto do Estado como da sociedade, tendo reconhecimento e consolidação dos territórios e forma de luta e composição dos trabalhadores que agem em defesa dos direitos.

Além disso, a intervenção do Assistente Social se dá na elaboração e formulação de artifícios e técnicas que transformem a realidade e pressão sobre o Estado, a fim de garantir recursos à defesa e ampliação dos direitos da sociedade (CFESS, 2015).

Sobre os serviços sociais, prestados e regulados pelo Estado, é importante ressaltar que, segundo Amorim (1995), desempenham estes uma função de suporte material para uma atuação de impressão educativa. Sendo que o Assistente Social

possui, como principal demanda, a parcela da população que é destituída dos direitos sociais mínimos.

Desse modo, esse profissional, concomitante ao que assiste e organiza seus usuários para que conquistem seus direitos básicos, opera o poder do Estado perante eles, ao passo que é submetido a nortear seu exercício profissional, cumprindo as diretrizes dos programas e projetos sociais existentes. Sendo que tais programas contemplam apenas uma pequena parcela desses usuários, não respondendo a todas as demandas existentes. Então, de forma institucional, o profissional se sujeita a selecionar usuários que se enquadram nos critérios de elegibilidade para o uso de algum benefício ou programa social (AMORIM, 1995).

A partir do exposto, explicitar-se-ão as principais ações desenvolvidas pelo assistente social nos eixos das ações socioeducativas inerentes ao trabalho. Vale destacar que, tendo como referência os “Parâmetros de Atuação dos Assistentes Social na Saúde” (2015), existem outros eixos, além do que será exposto e eles não devem ser reconhecidos e compreendidos de modo fragmentado, mas articulados e vinculados numa percepção de totalidade.

As ações socioeducativas representam as orientações e socialização de informações reflexivas efetuadas por intermédio de atendimentos individuais ou coletivos. Além disso, devem estabelecer um eixo central na prática do Assistente Social, recebendo designação de educação em saúde. Seu foco engloba inúmeros elementos como a informação e discussão sobre funcionamento das unidades, a fim de democratizar e modificar o que for necessário, avaliação dos determinantes sociais que abrangem todo o contexto de vida dos usuários, entre outros (CFESS, 2015).

As atividades educativas não podem ser conduzidas pelos simples fornecimentos de conhecimentos que direcionem a adesão dos sujeitos, o que acaba reforçando a compreensão de subalternização e controle em cima dos mesmos. Mas possuem a obrigação de ter como intencionalidade a dimensão de liberdade na elaboração de uma nova cultura, enfatizando a participação dos indivíduos no entendimento crítico da realidade e potencializando as pessoas na estruturação de métodos coletivos (CFESS, 2015).

Diante disso, resgata-se a concepção essencial da Reforma Sanitária que propõe a consciência de que a saúde é um direito dos indivíduos e da sociedade.

Nessa perspectiva, o Assistente Social deve fazer uso da ação reflexiva, possibilitando aos sujeitos a análise crítica e o esclarecimento do contexto social por meio da reflexão crítica (AMORIM, 1995).

Dentro dessa concepção, o especialista em Serviço Social deve utilizar, conforme Vasconcelos (1991), a prática reflexiva, propiciando aos usuários o exame e desvendamento das condições vivenciadas por meio de reflexão crítica estimulada pelo assistente social, de forma que o usuário consiga perceber, na medida do possível, o deslocamento da realidade social e, por conseguinte, atuar, de forma consciente, no processo de transformação dessa realidade enquanto sujeito histórico. Através de um procedimento de troca de experiências entre os agentes, manifesta-se a força da organização e da própria condição de classe das partes envolvidas, de tal forma que se deve observar a atenção coletiva no desenvolvimento desse processo.

Dentre as atividades que se destacam nas ações socioeducativas estão a conscientização dos usuários sobre os seus próprios direitos, além dos princípios e diretrizes que norteiam o SUS, bem como auxiliar a percepção destes para ações de prevenção de doenças, promoção da saúde e rotinas institucionais, mobilizando a comunidade por meio de ações (CFESS, 2015).

O assistente social deve realizar colóquios e oficinas no perímetro de domínio da instituição a qual este representa, propiciando ações educativas para prevenção e acompanhamento na região onde este agente social esteja atuando. A democratização das rotinas e do próprio funcionamento da unidade por intermédio da orientação, bem como a publicidade de informações com o intuito de potencializar as atividades nas salas de espera se torna preponderante para o desenvolvimento de ações socioeducativas (CFESS, 2015).

Desta forma, a confecção de materiais socioeducativos como folhetos, cartilhas, panfletos, cartazes, materiais audiovisuais, e outros elementos ilustrativos que possam facilitar o acesso dos funcionários aos serviços das unidades de saúde, e os próprios direitos sociais dos usuários podendo facilitar a mobilização e, no final, incentivar que os usuários participem do controle democrático dos serviços prestados à comunidade pelas entidades de saúde, torna-se parte do processo de ações educativas realizadas pelos assistentes sociais (CFESS, 2015).

Para finalizar, as atribuições e competências dos Assistentes Sociais, independentemente do espaço sócio-ocupacional, são orientadas e norteadas por direitos, deveres e vedações no Código de Ética da Profissão e na Lei de Regulamentação da Profissão, devendo ser respeitadas e observadas, tanto pelos próprios profissionais quanto pelas instituições empregadoras.

2. Práticas educativas na saúde sob a perspectiva da intervenção do Serviço Social

A função educativa do profissional de Serviço Social se efetiva em todos os espaços sócio-ocupacionais. Resulta da própria intervenção desse profissional o perfil pedagógico, no modo de ação e reflexão, isto é, sua conduta reflete em direção à construção da cultura. O Assistente Social possui atividade altamente educativa na área da saúde, a partir do instante que simplifica o entendimento da realidade como algo profundamente ligado às condições de vida dos usuários, favorecendo a elaboração de modificações sociais a um grau coletivo e individual (AMORIM, 1995).

Assim sendo, nota-se que essa categoria profissional deve recomendar sem coagir o sujeito, informando sem lançar toda a compreensão sobre a sociedade e a realidade, pois o Assistente Social tem como função educar, mas também, aprender a condição de vida e todo o contexto social que determinado usuário vive (AMORIM, 1995).

De acordo com Brandão (1981), o ato de educar é uma atividade de troca entre os indivíduos, nunca pode ser realizada apenas por um sujeito e nem ser o resultado do despejo de conhecimento de quem pressupõe ser detentor de todo o saber, impondo que o outro não possui nenhuma forma de discernimento.

Ao atuar de modo pedagógico na área da saúde, o Assistente Social desenvolve suas atividades facilitando a construção de sujeitos coletivos, conscientes criticamente de seus papéis na sociedade (AMORIM, 1995).

Conforme Yamamoto (2005), é preciso propor e pensar estratégias, ferramentas e técnicas para o exercício e intervenção profissional em razão das especificidades das temáticas do objeto de estudo e conduta do profissional. É necessário que exista envolvimento político próximo a um suporte técnico-operativo para a possibilidade de trilhar novos caminhos na profissão.

Além disso, os eixos teórico-metodológicos são meios fundamentais que auxiliam a leitura da realidade, em consequência estabelecendo as formas de atuação nesta, descobrindo possibilidades e caminhos para a intervenção profissional, de modo apropriado ao modo de vida e à maneira como os indivíduos experienciam a questão social (IAMAMOTO, 2005).

Nesse contexto, durante a prática de estágio, notaram-se algumas práticas educativas realizadas na intervenção profissional, a fim de facilitar a compreensão dos usuários atendidos. Primeiramente, é importante ressaltar que a atuação do Assistente Social na saúde se dá na viabilização dos direitos aos usuários de modo a garantir a cidadania aos sujeitos que acessam o Sistema Único de Saúde, sendo uma intervenção crucial para a efetivação das políticas sociais no Brasil.

É esperado que o Assistente Social analise e garanta direitos dos sujeitos no âmbito da saúde. Com o objetivo de fornecer um apoio na categoria de atendimentos ambulatoriais e de internação, quando se identificam questões sociais e de saúde, ao cenário de enfermidade e tratamento, seja esse curativo ou paliativo.

Mais especificamente, o profissional deve reduzir, ou até mesmo impedir prováveis agravos sociais provocados pelo diagnóstico e tratamento das doenças, a contar da identificação prematura de pacientes em situação de vulnerabilidade social e risco.

Isso é feito por meio de uma avaliação inicial assim que os usuários chegam a uma Unidade de Saúde, a fim de identificar prematuramente os indivíduos que possuem necessidades de intervenção do Serviço Social.

Então, analisa-se a situação previdenciária do paciente, verifica-se se o mesmo conta com um suporte familiar para o andamento do tratamento e observam-se questões de vulnerabilidade social e risco que atingem o consentimento da terapia indicada. Além disso, a análise possui o intuito de reduzir episódios de situações sociais críticas e instáveis além de propiciar um desenvolvimento de métodos adaptativos de enfrentamento ao tratamento e favorecer a melhoria na qualidade de vida tanto aos pacientes quanto aos seus familiares.

Desse modo, diante de todo o exposto, destaca-se o caráter pedagógico da profissão, tendo em sua prática a orientação e conscientização dos usuários a respeito

dos seus direitos. Sendo que, na prática de estágio na saúde, isso se desenvolveu de diversas formas.

Em todos os atendimentos realizados com os usuários, a equipe de Serviço Social adapta termos técnicos de forma simples e de fácil compreensão ao sujeito, visto que a população atendida nos centros de saúde dificilmente possui apreensão de termos técnicos e inerentes à profissão.

Além disso, em muitos casos, a prática educativa realizada é de pedir para que o usuário repita todas as orientações repassadas a eles, a fim de identificar a compreensão do mesmo. Geralmente é feita essa ação com idosos que não estão acompanhados, pois, devido à idade, há uma redução da capacidade cognitiva de apreensão de novas informações.

Uma das situações que acontecem, também, é quando, por exemplo, nota-se que o usuário está confuso com todas as informações repassadas a ele durante o atendimento, e devido ao fato de que ele não está acompanhado por um parente ou amigo para auxiliá-lo; aí se faz necessária a intervenção do Assistente Social de modo mais educativo e pedagógico.

Quando isso acontece, o profissional faz bilhetes, entrega orientações com o passo a passo do que o sujeito precisa realizar para viabilizar algum direito. Em alguns casos, há necessidade do usuário ter que voltar em uma consulta para o profissional médico avaliar alguma debilidade, para a garantia de alguns direitos que pedem como um critério de elegibilidade possuir uma limitação. Então pode ser feita uma reunião multiprofissional para a discussão sobre o caso de determinado indivíduo, ou no próprio atendimento, o profissional de Serviço Social, emitir um parecer para o médico avaliar a limitação daquela pessoa.

Entretanto, vale ressaltar que as práticas educativas na saúde não estão apenas nessas ações de compreensão da fala dos profissionais contraposto à apreensão dos usuários, mas também na busca da construção de um ser social consciente e que possa passar a refletir criticamente em certas situações.

Dito isso, há o cuidado em expor os direitos como responsabilidade e obrigação do Estado. Além disso, como a atuação do Assistente Social está de forma intrínseca na viabilização dos direitos dos usuários, muitas vezes pode acontecer do sujeito não

se enquadrar nos critérios de elegibilidade de algum benefício e serem explicadas a ele as razões pelas quais isso ocorre, de modo simples.

Ademais, ocorrem inúmeros casos em que, devido à burocratização para o acesso aos benefícios, os usuários se sentem desmotivados de ir atrás dos seus direitos, e é repassado a eles os motivos pelos quais isso ocorre, como o Estado faz isso, justamente, para desestimulá-los e que não se pode deixar isso acontecer, pois a cada dia que passa os programas e benefícios sociais irão estar mais seletivos.

Para finalizar, sobre atuações educativas que ocorrem na área da saúde, estimulam-se os usuários a que participem de Associações de Apoio aos Pacientes, a fim de que haja manifestação perante o Estado, com as demandas e insatisfações existentes. Conforme Conceição (2010), o profissional de Serviço Social, como um intelectual, tem o dever de informar e instigar a consciência crítica dos sujeitos, de forma que possibilite questionamentos e reflexões, além de não aceitar passivamente as ideologias impostas pela classe no poder, devido ao fato que ela proporciona certa conformidade dos usuários a se manterem como público alienado e não como sujeitos sociais, o que os torna submissos à manipulação.

Portanto, conforme Monteiro & Teixeira (1997), é contínuo o enfrentamento contra a opressão, alienação, preconceito e todas as contradições que são inerentes à própria existência do sujeito, para que assim, os indivíduos possam se reconhecer como sujeitos políticos e produtivos, capazes que modificarem a natureza e socializar suas experiências.

CONCLUSÃO

Diante todo o exposto, devido à complexidade das expressões da questão social, requer-se dos Assistentes Sociais a utilização de diferentes e criativas estratégias como contribuição ao alcance dos objetivos profissionais. Esse modo pedagógico e educativo para viabilizar os direitos sociais se encontra presente cotidianamente nos atendimentos com usuários no âmbito da saúde.

Salienta-se, nesse sentido, que a realização de práticas educativas em saúde, por parte do Assistente Social, potencializa o processo de emancipação dos indivíduos para a formação de uma consciência crítica da sociedade, no instante em

que facilita o processo de compreensão da realidade diretamente conectado às condições de vida e de trabalho dos usuários.

Portanto, a partir do momento em que se sistematiza a intervenção profissional no âmbito da saúde, reforçando o projeto ético-político da profissão, contribui-se para o desenvolvimento de práticas educativas, potencializando a viabilização dos direitos sociais, da participação, autonomia e consciência crítica dos usuários.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria Eduarda K. O Assistente Social como educador na área da saúde. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, nov. 1995.

BRANDÃO, Carlos Henrique. O que é método Paulo Freire. 2. ed., São Paulo, Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, p.113. 1981

BRASIL. Lei 8.080/90. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Brasília, 1990.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CFESS. Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na Saúde. Grupo de trabalho "Serviço Social na Saúde". Brasília. 2015.

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ªed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CONCEIÇÃO, Débora. O Serviço Social e prática pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social. Serv. Soc. Rev., Londrina, v.12, n.2, p.51-67, jan./jun.2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: Ana Elisabete Mota; Maria Inês Souza Bravo; Roberta Uchôa; Vera Maria R. Nogueira; Regina Marsiglia; Luciano Gomes; Marlene Teixeira. (Org.). Serviço Social e Saúde. 1ªed.São Paulo/Brasília: Cortez/ Ministério da Saúde, 2006, v. , p. -. (versão digitalizada).

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2010.

MONTEIRO, J. M.; TEIXEIRA, T. M. Teatro e Serviço social: 20 anos depois. Rio de Janeiro: SESC-Tijuca, 1997.

VASCONCELOS, Eymard M. Educação popular nos serviços de saúde. 2. Ed., São Paulo, Hucotec, p.139. 1991.